Escola Superior do Ministério Público de São Paulo
I Encontro MPSP e MEC
25 e 26 de junho de 2015

Gestão Democrática nas Escolas

Prof. Dr. Pedro Ganzeli

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Faculdade de Educação

DEPASE/LAGE

Estrutura da apresentação

- Cidadania e Estado;
- Sistema de Ensino;
- Gestão Democrática nos Planos de Educação.

O Analfabeto Político

Poema crônico de Bertold Brecht

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, não enxerga, nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida; o preço de feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato, do remédio, dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política.

Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista; pilantra e corrupto.

Questão:

O que antecede o ato educativo?

Resposta:

Nossa **visão social de mundo**.

- Como compreendemos a organização da sociedade (classes, indivíduos, outras formas);
- Como entendemos o conceito de Cidadania, Estado e Sociedade Civil;
- Como explicamos a função da escola na sociedade (formação de cidadãos, formação de mão-de-obra, outras);

Visão social de mundo construída sob a influência dos processos de regulação

Regulação na área da educação envolve:

- Instituições Internacionais (com os seus interesses);
- Instituições Nacionais (com os seus interesses);
- Instituições Locais (com os seus interesses);
- Grupos Privados (com os seus interesses);
- Organizações sociais (com os seus interesses);

Todas buscando influenciar a nossa forma de explicar, organizar e planejar a educação brasileira.

Como ocorre o processo de ordenamento do processo educativo?

Relação entre EDUCAÇÃO e CIDADANIA

CONCEITO DE CIDADANIA

Sujeito de direitos

O indivíduo tem obrigações e goza de certos direitos porque obrigações e direitos pertencem a qualquer indivíduo. Os direitos fundamentais – liberdade, segurança, propriedade – não resultam de um mercado privado concluído entre o indivíduo (ou seu grupo social) e o poder. Eles são garantidos ao indivíduo pelo Estado (CANIVES, 1991, p. 27-28)

ESTADO = GARANTE DIREITOS

Consumidor

Indivíduo goza de certos direitos porque cumpre certos deveres. Obediência as regras coletivas tem em contrapartida os serviços prestados ao indivíduo pela comunidade, e o indivíduo 'compra' assim um certo número de direitos ao se conformar com os deveres (CANIVES, 1991, p.27)

ESTADO = PRESTADOR DE SERVIÇO

Globalização / Neoliberalismo

Estado Mínimo

Administração Pública Gerencial
Estado regulador;
Indução de políticas públicas (programas
suplementares).

Brasil = Reforma do Estado – 1990

Descentralização; Privatização; Desregulamentação,
Flexibilização; Focalização.

Responsabilização da **sociedade civil** para resolver os “seus”
problemas.

Ampliação da desigualdade e da concentração de renda

VISÃO SOCIAL DE MUNDO

Sistema Capitalista = classes sociais

Brasil

- dos 192 milhões de brasileiros, aproximadamente 50% vivem em situação de pobreza.

Educação

- da população acima de 7(sete) anos, 11, 2% são analfabetos.
- 2/3 da população (60%) não possuem o ensino fundamental (BRASIL, 2010).

“Em 2011, a renda familiar per capita dos 20% mais ricos foi 16,5 vezes maior que a dos 20% mais pobres” (BRASIL, 2014)

“O contingente de 1% dos brasileiros mais ricos ainda ganha quase cem vezes mais que os 10% mais pobres.” (BBC Brasil, 2015)

Educação – 2011 – matrículas (mil)

Educação Infantil	7.628
Ensino Fundamental	32.017
Ensino Médio	9.379
Ensino Superior	6.646
Total	55.957

Desigualdade econômica
Desigualdade social
Desigualdade educacional

Gestão Democrática na Escola

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 5 DE OUTUBRO DE 1988

Art. 205. A educação, **direito de todos e dever do Estado**, da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (grifo nosso).

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: ...

VI - **gestão democrática** do ensino público, na forma da lei;

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em **regime de colaboração** seus sistemas de ensino.

REGIME DE COLABORAÇÃO: Art. 23. É **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Parágrafo único. **Leis complementares** fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

- Constituição de 5 de outubro de 1988
 - Art. 211 dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus **sistemas** de ensino.
- LDB (1996) Idem

No Brasil é possível a existência de:

- Sistema Federal de Educação;
- Sistema do Distrito Federal de Educação
- Sistema Estadual de Educação (26 estados);
- Sistema Municipal de Educação (5.570 municípios);

Emenda Constitucional nº 59 / 2009 (ampliação da obrigatoriedade – Sistema Nacional de Educação) ;

Conceito de Sistema

- “o conceito de sistema denota um **conjunto de atividades** que se cumprem tendo em vista determinada **finalidade**, o que implica que as referidas atividades são organizadas segundo **normas** que decorrem dos **valores** que estão na base da finalidade preconizada. Assim, sistema implica organização sob normas próprias (o que lhe confere um elevado grau de autonomia) e comuns (isto é, que obrigam a todos os seus integrantes)” (Saviani, 1997, p. 121)
- UNIDADE NA DIVERSIDADE
- Gestão democrática – Colegiados – Representação

colegiados

- Conselho Nacional de Educação Lei Nº 9.131, de 24 de novembro de 1995
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) (alterações sucessivas);
- Emenda Constitucional nº 14/1996 (FUNDEF – ensino fundamental);
- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº 101/2000);
- Plano Nacional de Educação 2001/2010 (Lei Nº 10.172 de janeiro de 2001); Vetos de FHC – Carta de Intenção
- Emenda Constitucional nº 53 / 2006 (FUNDEB – atendimento a todas as etapas da educação); (Comissão Intergovernamental)
- Plano de Desenvolvimento da Educação (2007 – Decreto 6.094/2007 – Compromisso Todos pela Educação).
- Emenda Constitucional nº 59 / 2009 (ampliação da obrigatoriedade – Sistema Nacional de Educação) ;
- CONAE 2010 – PL 8.035/2010 — Lei 13.005/2014; CONAE 2014;

Gestão Democrática na Escola

Três Dimensões (Metas do PNE / PEE / PME)

A. Gestão do Sistema de Educação (participação / transparência nas decisões):

- i. Fórum Estadual de Educação;
- ii. Conselho Estadual de Educação;
- iii. Secretaria Estadual de Educação; (Órgãos centrais; diretorias de ensino e unidades escolares.);

B. Acesso / permanência / sucesso - educação de qualidade:

- i. Ampliação da rede pública de ensino (Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Superior).
- ii. Qualificação do atendimento – Custo Aluno Qualidade (financiamento).

C. Desenvolvimento da Cultura Democrática

- i. Formação inicial e continuada do professor/gestor;
- ii. Promoção de atividade democrática (Eleições; Assembleia Escolar; Conferência Estadual de Educação; Fórum Estadual de Educação).

Plano Nacional de Educação (2014-2024)

Lei 13.005, de 25 de junho de 2014

- Lei – 14 artigos
- Anexo – 20 metas e 254 estratégias

Características Gerais:

Não possui diagnóstico

Promoção da organicidade entre as metas e estratégias (exemplo: formação do profissional da educação em todos os níveis e modalidades presente em diferentes metas e estratégias);

Indução na adesão de programas educacionais (existentes ou a serem construídos); gestão gerencial /contratualização

Não regulamentação (regime de colaboração, sistema nacional de educação, lei de responsabilidade educacional, Custo Aluno Qualidade Inicial, outras normativas);

Meta 7 – Avaliação = 36 estratégias / Meta 17 – Valorização dos profissionais da educação = 4 estratégias

Plano Nacional de Educação (2014-2024)

Lei 13.005, de 25 de junho de 2014

- Art. 2º São diretrizes do PNE:
- V - **formação para o trabalho e para a cidadania**, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da **gestão democrática da educação pública**;
- X - promoção dos princípios do respeito aos **direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental**.
- Art. 6º A União promoverá a realização de pelo menos **2 (duas) conferências** nacionais de educação até o final do decênio, precedidas de conferências distrital, municipais e estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação.
- Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão **aprovar leis** específicas para os seus sistemas de ensino, **disciplinando a gestão democrática** da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

Plano Estadual de Educação

PL (Fórum Estadual de Educação)

- **Artigo 4º** - A União, o Estado de São Paulo e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias estabelecidas no PEE.
- **§ 5º** - Será assegurada a participação das famílias no acompanhamento da execução das metas e estratégias do PEE nas instâncias dos Conselhos de Escola e demais colegiados na forma da lei.
- **Artigo 6º** - O poder público deverá reorganizar o Sistema Estadual de Ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Plano Estadual de Educação

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (Metas e Estratégias: consolidação a partir do documento do FEESP com contribuições da SEESP e CEESP), 20 de maio de 2015.

Meta 19. Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Plano Estadual de Educação

- 19.4. Estabelecer, no prazo de dois anos, legislação própria que regulamente a gestão democrática no âmbito dos sistemas de Ensino.
- 19.8. Fortalecer os Conselhos Escolares e o Conselho Estadual de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

Gestão Democrática na Escola

Educação Republicana
Formação de um sujeito de direito

Obrigado

Professor Doutor Pedro Ganzeli

ganzeli@unicamp.br

Referências

ARAÚJO, G. C. “Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de colaboração”. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Vol.28, n.2, p.361-549, mai/ago. 2012.

CANIVES, Patrice **Educar o Cidadão?** Campinas / SP: Papyrus, 1991

CUNHA, Luiz Antônio **Educação, Estado e democracia no Brasil** São Paulo, Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade federal Fluminense: Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991. (coleção Biblioteca de educação. Série 1. Escola; v. 17) (ISBN 85-249-0447-X Cortez)

BRASIL, **Constituição da República do Brasil** de 05 de outubro de 1988.

BRASIL Portal Brasil **Em 10 anos, renda dos mais ricos cai 6% e dos mais pobres cresce 0,9%** disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/11/em-10-anos-renda-dos-mais-ricos-cai-6-e-dos-mais-pobres-cresce-0-9>, acesso em 14 de fevereiro de 2014.

BBC Brasil **IBGE: redução da desigualdade no Brasil estaciona nos níveis de 2011**

Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140918_desigualdade_ibge_brasil_pnad_rb, acesso em 05 de fevereiro de 2015.

BRASIL, **Lei 9.394**, “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Emenda Constitucional Nº 59**, “Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao *caput* do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.” de 11 de novembro de 2009.

BRASIL, **Lei 9.394**. “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional” de 20.12.96. In **Diário Oficial da União**. Ano CXXXIV, nº248, 23.12.96, pp.27.833-27.841.

BRASIL, **Decreto 6.094**, de 24 de abril de 2007, Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica

GANZELI, Pedro “Plano Nacional de Educação : implicações para a Educação Infantil” **Revista EXITUS**. Ano 2, n.2, ISSN 2236-2983, 2012.

ROMÃO, José Eustáquio **Política do Ensino Básico nas Municipalidades** Juiz de Fora, II Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes, 30 de maio de 1997 (mímio).